

EURÍDES BRITO

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO

Fotos: Geraldo Magela



A secretária de Educação, Eurides Brito, desde a sua posse, no mês passado, tem abastecido a imprensa com doses homeopáticas das mudanças que pretende fazer. Nesta entrevista, ela mantém a mesma postura misteriosa e prefere manter segredo sobre encaminhamentos que pretende tomar. Ela já adianta, porém, a criação do kit escolar, que vai dar de graça material escolar e uniforme a alunos carentes e que está negociando com o MEC a inclusão do Distrito Federal em um acordo com o Bird para o financiamento de projetos em cidades mais pobres do DF. Eurides Brito reforça que mantém a Escola Candanga somente por mais um ano para analisar a proposta, e vai mudar algumas práticas do antigo governo como o Telematrícula, o contrato temporário de professores e a eleição para diretores de escolas. A secretaria fala, ainda, da reforma do Ensino Médio e da implantação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no Distrito Federal.

Secretaria, qual a sua principal meta à frente da secretaria de Educação?

Trabalhar sob o ponto de vista quantitativo para que ninguém fique fora da escola, pois tem direito a ela. Em segundo lugar, trabalhar pela melhoria qualitativa do ensino público. Nós queremos quantidade que quer dizer: educação para todos, e qualidade, ou seja, que ninguém se sinta inferiorizado por estar ou se diplomar em escola pública, achando que está, em termos de domínio de conhecimentos, em condições inferiores àquele que saiu dos estabelecimentos particulares. Especificar programas e projetos eu não o faria agora, porque, terminada a composição da equipe, nós estamos trabalhando no diagnóstico de toda a situação e, em seguida, construiremos um plano quadrienal e, neste plano, vamos especificar os projetos, as metas e as atividades, que são inspirados no programa que Roriz apresentou quando candidato. O projeto quadrienal pretende mostrar com indicadores, à saída do governo, o que mudou nos quatro anos.

A senhora pode indicar alguma meta do plano de governo do governador Roriz que será colocada em prática na área da Educação?

Nós queremos, por exemplo, que no nosso plano quadrienal nós abriguemos o kit escolar. É ele que vai garantir à criança matriculada na escola pública, residente em zona carente e de família de baixa renda, receba seu kit escolar, contendo cadernos, lápis, uniforme escolar, meias e tênis.

Como a senhora analisa os últimos quatro anos na área de Educação do Distrito Federal?

Prefiro não fazer comentários. Até porque a imprensa alardeou, durante um bom tempo, que o Distrito Federal tinha acabado com o turno da fome e estou eu, exatamente agora, cuidando de acabar com o turno da fome, que eu encontro na cidade de Planaltina, onde há ainda 150 crianças que estudam neste horário, depois que o governo que saiu ter passado um bom período alardeando que ninguém no Distrito Federal estudava no turno da fome. Então, quando se encontra diferença entre valores proclamados e diferença na realidade, o melhor é não declarar absolutamente nada. Igual problema, sobre o qual também estou me debruçando, é saber que estou com 560 alunos que concluíram

a quinta série na rede pública na cidade de Planaltina e não têm vagas na sexta série. Se falta vaga na entrada ou na saída, pode-se dizer que não houve tempo de planejar, mas no caso de crianças que estavam no fluxo escolar não há resposta.

Que tratamento a senhora pretende dar ao projeto de Escola Candanga?

Em primeiro lugar, onde eu ando as pessoas me perguntam o que é Escola Candanga. Eu explico que aquilo que se chamou no Distrito Federal de Escola Candanga, na verdade, é o que no Brasil e no mundo se chama escola desseiriada, que quer dizer: há dois tipos de organização, escola com série e escola sem série. Para que a população não confunda e não pense que é um modelo inventado aqui, quero dizer que a nova Lei de Diretrizes e Bases permitiu que os estados organizassem as classes por séries, por ciclos, sem séries, por fases, liberou o estado para que ele fizesse a sua organização. O Distrito Federal vem experimentando um modelo, desde 1996. Ocorre que há aplausos e há reclamações. Mas há um aspecto que independe de aplausos ou insatisfações, é que os últimos resultados do Saeb, o sistema de avaliação do Ensino Básico, feito pelo Ministério da Educação, acusa um decréscimo de resultados do Distrito Federal no que diz respeito à avaliação de aprendizagem. Nós caímos no rendimento escolar. Só este fato já é suficiente para dizer que não podemos fazer uma extensão de um modelo que está sendo implantado, e nem eliminá-lo simplesmente. É um momento para reflexão. Nós vamos fazer uma avaliação científica ao longo do ano para que, ao final, quando tivermos os resultados desta avaliação possamos sem paixões, sem estresse e, principalmente, definirmos se o experimento continua ou se não, e que proposta pedagógica nós teremos para substituí-lo.

Como a senhora pretende resolver a falta de vagas no Ensino Médio?

Faltavam 1,2 mil vagas, mas só faltam acomodar hoje, no Plano Piloto, 237 de todos aqueles que procuraram o Disque-matrícula. Estou partindo do pressuposto de que todos os que utilizaram o Disque-matrícula, estão matriculados. Nós estamos oferecendo a eles um serviço escolar. Só falta um résido que será acomodado. Estamos levantando as escolas do Plano Piloto que ainda têm va-

gas porque, em geral, este chamado excedente é porque as pessoas escolhem determinadas escolas "de grife". Todo mundo quer o Setor Leste, o Paulo Freire, um grupo enorme quer o Gisno, que não têm vaga, mas os outros têm e são tão bons quanto esses. Todos serão encaixados. Já resolvemos também um problema sério, e que pouco se fala, das pessoas que receberam em suas casas as declarações de matrícula, mas para cidades diferentes daquelas em que moravam. Nós já resolvemos estes problemas, já matriculamos estas pessoas em suas respectivas cidades.

E o Telematrícula, vai continuar da mesma forma ou vai haver mudanças?

O sistema vai ser melhorado, até porque a mãe sou eu. Eu o instalei no ano de 1993, em outubro, é só olhar os jornais da época e ver que eu o criei. Eu acho que a diferença entre o Telematrícula que, ao entrar, eles eliminaram e ressuscitaram três anos depois, é fundamental para o fim das filas. O sistema que eu instalei acompanhava durante todo o tempo, até o início das aulas. E agora, pelas estratégias de matrícula, dia 10 de janeiro, houve a paralisação do Disque-matrícula e, por isso, as filas nas escolas. Então, no ano que vem, teremos o Telematrícula desde o início das matrículas, até o início das aulas, e não faremos matrícula a não ser por esse sistema, não vai adiantar ir para filas porque as pessoas só serão atendidas por esta central.

Enfrentamos um grave problema de falta de professores da área de Ciências e de Matemática. Como a senhora pretende solucioná-lo?

Se eu tivesse uma resposta pronta para este problema, eu hoje estaria sendo nomeada presidente da Unesco, provavelmente, ou diretora-geral da Unesco. Há menos de duas semanas, divulgou-se um quadro idêntico na Inglaterra, no Japão. Ou seja, este é um problema mundial. No momento em que as indústrias se desenvolveram, elas foram sendo mais atrativas do que o setor educacional. O que está em falência, não no Brasil, mas no mundo, é a formação de professores para as carreiras das Exatas porque as pessoas vocacionadas no campo das Exatas dificilmente fazem uma opção pela dedicação ao magistério. Eu vislumbro que a nova LDB acenou para uma solução do problema quando ela cria a possibilidade

do profissional formado buscar, a curto prazo, sua segunda habilitação, o que antes só era possível para disciplinas profissionalizantes e agora está aberta às chamadas disciplinas da educação geral. À medida que pudermos propiciar aos profissionais que estão na indústria, no comércio, ou gerindo seu próprio negócio, mas têm o seu coração no magistério e descobrem que podem ter esta dupla habilitação, as coisas podem começar a melhorar. Então, entre os nossos programas está o de qualificação de recursos humanos para a Educação.

A senhora afirmou que vai rever o sistema de contrato temporário como ele vem sendo feito. O que vai mudar?

O contrato temporário, no meu entender, sempre gera uma suspeição. Aquele que está fora e não foi chamado suspeita que ele está sendo passado para trás. Então, nós vamos estabelecer uma norma. Todo contrato temporário assinado na Fundação Educacional terá obrigatoriamente no rodapé escrito qual professor o contratado está substituindo, com licença prevista para qual tempo. O outro caso é quando o contrato é feito para suprir uma carência porque não existe professor concursado. Aí nós tiraremos a suspeição. Não queremos acabar com o contrato temporário. Ele é necessário e a prova é que ele se mantém há 27 anos. Nos últimos anos, ele ganhou o nome de temporário, mas era chamado de contrato especial, e não é só necessário, é indispensável.

A Secretaria de Educação vai transferir alunos de Brazlândia, que não têm onde estudar, para escolas particulares, alugando espaços nessas escolas, ou até contratando todos os seus serviços. Por que esta decisão?

Esta não é uma novidade do nosso governo porque o governo passado fez isso também. Até agora essa solução só se apresenta como necessária em Brazlândia no caso do Incra 8. Lá, não temos soluções. Ou trabalhamos com duas escolas particulares que existem ou não temos alternativa. Ainda estamos analisando as propostas e vamos pegar a que seja mais barata. Se eles não quiserem alugar o espaço mas apenas quiserem nos vender vagas, desde que o preço seja compatível, nós vamos aceitar.

O presidente do Sinepe (Sindicato das Escolas Particulares do DF), Cláudio Baptista, acredita que se pode resolver o problema de falta de vagas simplesmente com o Governo matricular os alunos na escolas particulares. Ele fez esta proposta ao Governo anterior, que recusou. A senhora cogita esta hipótese?

Não tenho nenhum compromisso com esta ideia. Até porque sou amplamente favorável, e nem poderia ser diferente porque é constitucional, ao dever do Estado de manter suas próprias escolas. Não cogito e não é constitucional, eu simplesmente deixar de incentivar a escola pública para comprar vagas nas escolas particulares. O que a Constituição assegura é o direito de coexistirem bem os dois sistemas (público e particular).



Não é o que está acontecendo em Brazlândia. Nós não temos condições de deixar as crianças na escola porque ela está interditada, onde devemos deixá-las, sem estudar? Então vamos contratar espaços ou comprar vagas enquanto a escola não é recuperada.

O País está vivendo uma explosão de procura no Ensino Médio e o Distrito Federal também já está sentindo o efeito desta busca. Como a senhora vê esse processo e como pensa em resolvê-lo?

Eu vejo com muita alegria. Porque eu fui criança pobre que lutou muito para conseguir vaga em escola e, naquela época, havia um número significativo de pais que achava que menina não precisava estudar. Em bairros pobres como o meu, em Belém do Pará, praticamente só eu fui ao ginásio, minhas colegas não foram, porque seus pais não achavam importante. Por isso

quando hoje as pessoas procuram a escola, isso é alívio. O que nós temos é que trabalhar para encontrar solução para abrigar todos aqueles que querem estudar. Depois que assumi a Secretaria de Educação, tomei conhecimento que o MEC está negociando um empréstimo com o Bird (Banco Interamericano de Desenvolvimento Mundial) especificamente para o Centro-Oeste, a exemplo do projeto que fez com o Nordeste. Fiquei triste ao saber que do Centro-Oeste eles não tinham incluído o Distrito Federal, com a ideia que o Distrito Federal não precisa, que tem cara de região Sul, e minha primeira providência foi protestar contra essa falsa carta do Distrito Federal. Discutimos e estou muito otimista, já que o emissário do Ministério viajou para Washington terça-feira para levar o primeiro esboço do MEC e acho que vou conseguir colocar pelo menos quatro cidades no proje-

to, que seriam: Samambaia, Santa Maria, Recanto das Emas e São Sebastião. Pelos indicadores, pelas necessidades, elas se enquadrariam perfeitamente no perfil das cidades goianas que fazem parte do projeto.

Estamos passando por uma reforma do Ensino Médio e as escolas do Distrito Federal estão se adaptando às mudanças. Como a senhora pretende encaminhar esse assunto?

É natural que as escolas estejam se adaptando. Se eu estivesse aqui ano passado, eu também estaria me adaptando a isso. É tudo muito novo, mas para este ano nós já fechamos com o MEC um compromisso de entrarmos com um plano para a educação profissional, e vamos até receber algum auxílio para estudos. Mas não quero antecipar os planos de formação profissional, que vão estar prontos este ano e que farão parte do plano quadrienal de Educação, antes de ter também uma conversa com a Secretaria de Indústria e Comércio para ver qual é a política de criação de empregos: você vai profissionalizar quem, para quê, para qual mercado de trabalho? Também não entendo a profissionalização como a geração de cursinhos Walita, de 60, 120 horas, que divulgam relatórios afirmando que milhares de pessoas receberam qualificação profissional quando isso não existe. Temos que trabalhar com a juventude para uma formação profissional competitiva e isto é uma coisa séria e tem de estar articulado com um plano de criação de empregos.

Como a senhora analisa as mudanças implementadas pela nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)?

Acho que as mudanças são perfeitas. Eu as acompanho. Quando fui deputada federal, eu trabalhei nessa mudança, sendo a relatora-adjunta do projeto de LDB. Acredito que temos de um lado de organizar o Ensino Médio e de outro a Educação Profissional, nos termos que a lei oferece. Agora, quais as opções profissionais que vamos oferecer, é cedo para dizer porque, repito, vamos fazer estudos sobre a vocação do Distrito Federal hoje e decidir os rumos de geração de emprego para o amanhã.

Com a exoneração dos funcionários das escolas, chegou-se a afirmar que a eleição para diretor vai acabar. Isso é verdade?

Isso é temático. O Governo ainda não começou a tratar do significado de gestão democrática, obviamente que as concepções de gestões democráticas são as mais variadas possíveis, e o Governo Federal, nas universidades brasileiras, tem uma vasta experiência nesta área. O que temos que questionar é se gestão democrática é somente eleição para diretor. Porque um diretor concursado ou nomeado não pode ser democrático? Por outro lado, quem garante que um diretor eleito vai instaurar a democracia? Nós ainda não discutimos o assunto, mas temos uma noção mais ampla de gestão democrática que será discutida e divulgada mais tarde.